

Mais um terreno em conflito

Jornal angolense

19 de Novembro de 2011

Carta aberta á Sua Excelência Sr. Engº José Eduardo dos Santos Presidente da República de Angola.

Desde 1983 que ocupo um terreno no município de Cacuaco, altura que ainda me encontrava nas FAPLAS. Possuía uma declaração de cintura verde que devido ao seu mau estado de conservação entreguei a administração municipal para a sua renovação. Mas fui informado depois, que a declaração havia sido extraviada e que devia constituir um novo pedido de legalização de terreno.

Em 2002, quando surge o projecto Panguila não tive qualquer problema, porque havia grande distância entre o meu terreno e o terreno do projecto. Na verdade tudo começou com o surgimento da senhora Liseth Pedro, na altura coordenadora do projecto acima referido, que com inúmeros pretextos tentou esbulhar-me do terreno. Ora dizia que o terreno lhe havia sido entregue pelo Ministério de Urbanismo e Construção, ora dizia que o terreno havia sido entregue a um grupo de generais pelo mesmo ministério. Por varias vezes tentou ainda usar o nome de outros inistérios, até que por fim vendeu uma parte do terreno onde foi erguido uma agência do banco BFA.

A administração local pelo sucedido andou durante muito tempo a sua trás, mas também não conseguiu encontrar nenhum documento que comprovasse as suas versões. Por isso, transferiu o caso para o IPGUI. Enquanto aguardava pela resposta, a Sr. Liseth Pedro mandou outra vez máquinas ao terreno e destruiu toda a plantação que lá havia. Por tentar reclamar deteram-me por cinco dias e graças a intervenção do gabinete jurídico e do gabinete de inspecção do gabinete do Ministério de Urbanismo e Construção fui solto.

Passado algum tempo constatou-se que o projecto acima citado não se estendia até ao meu terreno e que poderia retomar ao processo de legalização do mesmo. E assim o fiz. Enquanto aguardava pelo documento fui informado pelo IPGUL que o governo provincial cedeu o direito à superfície do terreno em causa ao empresário Henriques Santos. Mas, o mais estranho foi saber que embora o documento tivesse sido passado pelo empresário já mencionado, que, o requereu foi o Sr. José Joannes André. Tentei obter alguma explicação a partir do IPGUL, tudo o que me foi dito é que o documento foi passado no meio da confusão, isto durante a exoneração da antiga governadora Sra. Francisca do Espírito Santo.

Portanto, gostaria de que se fizesse justiça por tudo quanto comigo está acontecer, porque inúmeras vezes pedi a intervenção das instituições

competentes, mas há mais de três anos o caso continua sem solução.

Certo de que o assunto merecerá o melhor acolhimento da S. Exa prevaleço-me do ensejo, para apresentar as minhas cordiais saudações.

Francisco Massango

Cacuaco, bairro Boa Esperança Luanda